

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório da Administração 2014	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	19
Balancos patrimoniais	21
Demonstrações de resultados	22
Demonstrações de resultados abrangentes	23
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	24
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	25
Demonstrações do valor adicionado	26
Notas explicativas às demonstrações financeiras	27
Ata da reunião do Comitê de Auditoria	68
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69



Relatório da Administração 2014





Aos Senhores Acionistas e à Sociedade,

A Administração da **J. Macêdo S.A.** (“Companhia”), dentro do seu compromisso com a geração de valor para o Acionista e com a transparência, submete a apreciação de V.S.^{as} o resultado do exercício de 2014. As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas em nosso País, fundamentadas na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentações emanadas da CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Mensagem da Administração

Em meio às comemorações dos seus 75 anos, a J. Macêdo encerrou 2014 com excelentes resultados operacionais. Os negócios da companhia tiveram desempenho robusto, com expressivo crescimento de receita, EBITDA e lucro líquido. Uma gestão focada na contínua busca pelo aumento de eficiência, excelência operacional e na melhoria do atendimento ao cliente assegurou um resultado consistente, reforçando a confiança de um crescimento sustentável da empresa ao longo do tempo.

A performance obtida pela J. Macêdo demonstra a consolidação dos avanços conquistados ao longo dos últimos anos, mesmo diante de um cenário macroeconômico adverso. Os resultados estiveram acima da média do setor. Segundo dados acumulados de 12 meses até outubro de 2014 da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA), o desempenho do segmento de alimentos sofreu uma desaceleração e as vendas nominais cresceram 7,4%, contra 11,6% no ano anterior. O setor de Derivados de Trigo também cresceu menos: o faturamento nominal líquido aumentou 6,5% contra 14,3% no ano anterior. A J. Macêdo, para efeito de comparação, registrou aumento no volume de vendas de 10,1% e de receita de 11,4% em relação a 2013.

A J. Macêdo continuou em 2014 com o seu programa de melhoria da eficiência operacional e crescimento por meio da renovação de suas plantas industriais, com investimentos para ampliação e modernização de unidades fabris.

Com o objetivo de melhorar os processos logísticos, o nível de serviços ao cliente e atender o seu plano de negócios, a empresa também investiu em novos Centros de Distribuição nos estados do Ceará e da Bahia, uma iniciativa alinhada à estratégia de crescimento e consolidação da sua posição na região Nordeste.

Mesmo com o cenário desafiador esperado para 2015, temos a convicção de que as ênfases na excelência da gestão e na eficiência operacional continuarão a ser decisivas para que o nosso desempenho se fortaleça e eleve os resultados a níveis ainda mais robustos.



Gostaríamos de reconhecer a dedicação de nossos funcionários, o apoio de acionistas e investidores e a confiança dos nossos clientes e fornecedores. Os resultados obtidos em 2014 são fruto do comprometimento de todo o time que compõe a J. Macêdo e suas operações. A todos, compartilhamos o mérito alcançado neste ano, convictos de que estamos preparados para os desafios que estão por vir.

A seguir, apresentamos os principais destaques das realizações e resultados obtidos pela J. Macêdo no ano de 2014.

A Administração



Destaques do período

- ☞ A receita líquida no 4T14 foi de R\$ 389,5 milhões, mantendo-se estável em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2014, a receita líquida totalizou R\$ 1.508,9 milhões, representando um aumento de 11,4% em relação ao ano anterior.
- ☞ O volume de vendas no 4T14 foi de 199,4 mil toneladas, um crescimento de 1,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2014, o volume de vendas acumulado atingiu 795,5 mil toneladas, um crescimento de 10,1% em relação ao ano anterior.
- ☞ O lucro bruto no 4T14 foi de R\$ 148,6 milhões, um aumento de 19,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2014, o lucro bruto totalizou R\$ 530,4 milhões, um aumento de 19,2% em relação ao ano anterior.
- ☞ O EBITDA no 4T14 foi de R\$ 50,8 milhões, 78,2% acima do 4T13. Em 2014 registramos R\$ 147,3 milhões, representando um crescimento de 45,9% em relação ao ano anterior.
- ☞ A margem EBITDA no trimestre foi de 13,0% sendo (+5,7 p.p.) maior que 4T13. Em 2014, a margem foi de 9,8%, um crescimento de (+ 2,3 p.p.) em relação ao ano anterior.
- ☞ O Lucro Líquido em 2014 totalizou R\$ 79,5 milhões, representando um aumento de 55,6% em relação ao ano anterior.
- ☞ Os investimentos realizados no exercício totalizaram R\$ 114,6 milhões, com foco em produtividade nos ativos operacionais.

Principais destaques	4T14	4T13	4T14 X 4T13 (%)	2014	2013	2014 X 2013 (%)
Receita Líquida de Impostos	389,5	389,0	0,1%	1.508,9	1.354,9	11,4%
Lucro Bruto	148,6	124,3	19,5%	530,4	445,0	19,2%
EBITDA	50,8	28,5	78,2%	147,3	101,0	45,9%
Margem EBITDA (%)	13,0%	7,3%	5,7 p.p.	9,8%	7,5%	2,3 p.p.
Lucro Líquido	35,3	16,5	113,9%	79,5	51,1	55,6%
Vendas em mil toneladas	199,4	197,4	1,0%	795,5	722,7	10,1%



Desempenho Operacional

VENDAS

O volume de vendas apresentou um crescimento de 1,0% no 4T14 em comparação ao mesmo período do ano de 2013, atingindo 199,4 mil toneladas. O volume acumulado em 2014 atingiu 795,5 mil toneladas, um expressivo crescimento de 10,1% em relação ao ano anterior. A Companhia manteve no trimestre a política de priorizar a rentabilidade, adequando sua política comercial nas diversas categorias e canais. Abaixo, segue volume de vendas da controladora.

Toneladas	4T14	4T13	4T14 X 4T13 (%)	2014	2013	2014 X 2013 (%)
Farinhas e farelo	143.551	137.968	4,0%	566.861	494.390	14,7%
Massas	35.787	37.324	-4,1%	140.562	137.868	2,0%
Misturas para bolos e pães	12.276	13.275	-7,5%	48.875	46.421	5,3%
Biscoitos	4.379	4.451	-1,6%	18.240	17.627	3,5%
Sobremesas	1.070	959	11,6%	3.201	2.775	15,3%
Fermentos	468	379	23,5%	1.668	1.281	30,2%
Subtotal Consumo	197.531	194.357	1,6%	779.407	700.363	11,3%
Outros	1.867	3.079	-39,4%	16.128	22.337	-27,8%
Total	199.398	197.436	1,0%	795.535	722.701	10,1%



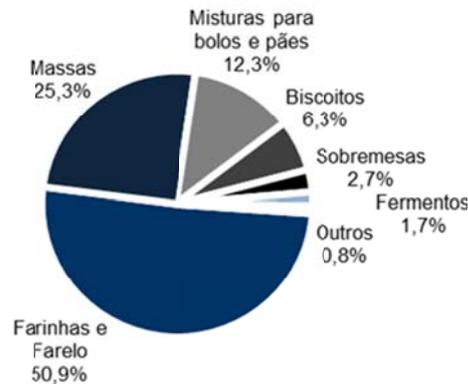
A receita bruta foi positivamente impactada principalmente pelo retorno ao mercado de farinhas para uso profissional, que registrou um crescimento de 4,2 p.p. na participação do faturamento desta categoria. As demais categorias se mantiveram estáveis em relação ao ano anterior, conforme demonstrado abaixo.



Composição da Receita Bruta 2013

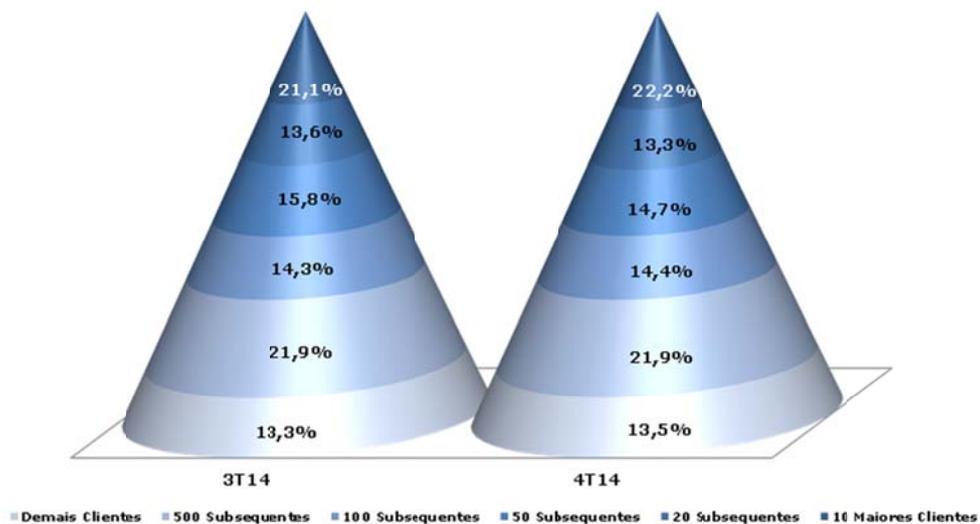


Composição da Receita Bruta 2014



Neste trimestre, o percentual da receita bruta dos 10 maiores clientes da Companhia representou 22,2% das vendas brutas, ficando em linha com o trimestre anterior.

**Distribuição da Concentração de Vendas
3T14 x 4T14**



DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO

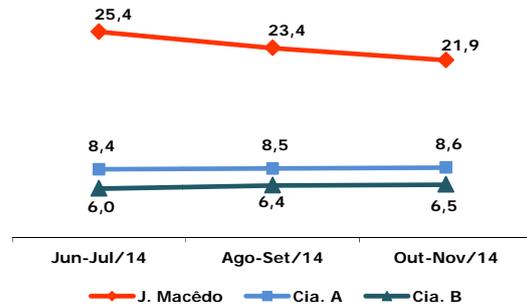
A Companhia apresenta a seguir as principais categorias e o desempenho por linha de produto. Em 2014 ocorreu mudança na metodologia aplicada pela ACNielsen para levantamento da participação de mercado das empresas em cada segmento. Nesta nova metodologia, foram inseridos os estados do Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Pará e Amazonas, alterando dados de pesquisas anteriores. Os gráficos abaixo consideram estas alterações.



Farinhas e Farelo:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas cresceu 3,7% do ano móvel 2013 (Dez-12/Jan-13 a Out/Nov-13) para 2014 (Dez-13/Jan-14 a Out/Nov-14). A participação de mercado em volume da J.Macêdo caiu de 23,4% para 21,9% na leitura dos últimos dois bimestres pesquisados, de Ago/Set-14 e Out/Nov-14.

Market Share
Categoria Farinhas e Farelo

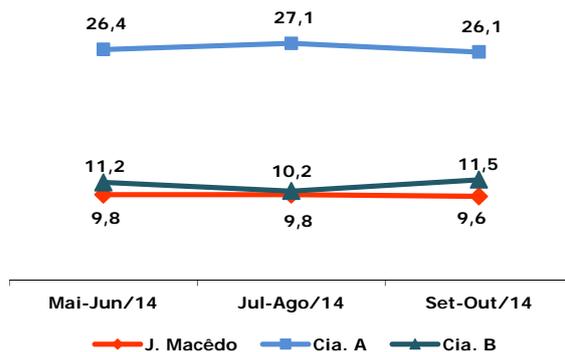


A pesquisa realizada pela ACNielsen não considera o segmento de panificação, que contribuiu substancialmente para o crescimento dos volumes totais de Farinhas comercializados pela empresa.

A categoria de Farinhas e Farelo representou 49,0% da receita bruta da companhia no 4T14 (4T13: 47,1%) e 50,9% no acumulado do ano (2013: 46,7%). A receita nesta categoria aumentou 3,4% do 4T13 para o 4T14, e no ano de 2014 aumentou 21,9% em relação ao ano anterior, sustentada principalmente pelo retorno ao mercado profissional com destaque para panificação.

Massas:

Market Share
Categoria Massas



Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Massas cresceu 2,0% no ano móvel 2013 (Nov/Dez-12 a Set/Out-13) para 2014 (Nov/Dez-13 a Set/Out-14). A participação de mercado da companhia cresceu de 9% para 9,6% na comparação entre as leituras de Set/Out-14 e Set/Out-13, puxada, principalmente, pela região Nordeste, onde a J.Macêdo passou a ter 26,0% do mercado, um crescimento de 3 p.p..

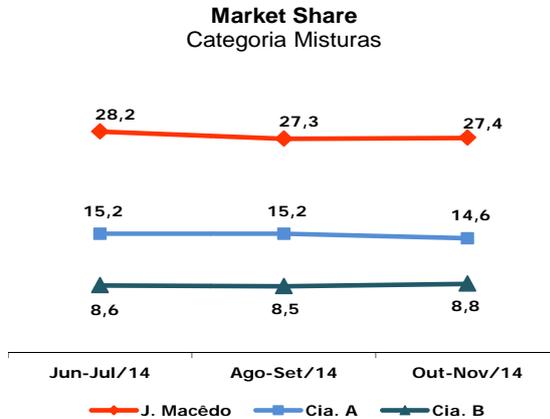
A categoria de Massas representou 25,0% da receita bruta da companhia em 2014. O faturamento neste segmento aumentou 8,5% em comparação ao ano anterior, de R\$ 400,6 milhões para R\$ 434,7 milhões.

Em relação ao 4T14, a receita nesta categoria reduziu 2,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior.



Misturas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Misturas cresceu 7,6% do ano móvel 2013 (Dez-12/Jan-13 a Out/Nov-13) para 2014 (Dez-13/Jan-14 a Out/Nov-14). A participação de mercado em volume da companhia seguiu estável, variando de 27,3% para 27,4% na leitura dos bimestres de Ago/Set-14 e Out/Nov-14.



A J. Macêdo obteve um crescimento de receita de 9,7% nesta categoria em relação ao ano anterior. Este crescimento deve-se principalmente ao lançamento de novos produtos e melhoria no mix de vendas.

Especificamente em relação ao 4T14, a receita da categoria de Misturas registrou uma redução de receita de 3,0% em relação ao 4T13.

Outras categorias:

A categoria de Biscoitos representou 5,9% da receita bruta no 4T14 (4T13: 5,7%). A receita nesta categoria aumentou 4,0% do 4T13 para o 4T14. No ano de 2014, a receita foi de R\$ 108,3 milhões, um crescimento de 6,6% quando comparada ao ano de 2013 (R\$ 101,6 milhões).

A categoria de Sobremesas representou 3,4% da receita bruta no 4T14 (4T13: 3,0%). A receita nesta categoria aumentou 13,1% do 4T13 para o 4T14. No ano de 2014, a receita foi de R\$ 46,2 milhões, apresentando um aumento de 16,3% quando comparada ao ano de 2013 (R\$ 39,7 milhões).

A categoria de Fermentos representou 1,8% da receita bruta da Companhia no 4T14 (4T13: 1,6%). A receita nesta categoria cresceu 13,6% do 4T13 para o 4T14. No ano de 2014, a receita foi de R\$ 28,5 milhões, aumento de 13,0% em comparação a 2013 (R\$ 25,2 milhões).



Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Indicadores	4T14	4T13	4T14 X 4T13 (%)	2014	2013	2014 X 2013 (%)
Receita Bruta	444,1	446,6	-0,6%	1.720,9	1.540,2	11,7%
Receita Líquida de Impostos	389,5	389,0	0,1%	1.508,9	1.354,9	11,4%
Lucro Bruto	148,6	124,3	19,2%	530,4	445,0	19,2%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	38,1%	32,0%	6,2 p.p.	35,1%	32,8%	2,3 p.p.
Resultado antes do IR	41,3	16,3	153,4%	94,2	55,4	70,0%
Margem Operacional (%)	10,6%	4,2%	6,4 p.p.	6,2%	4,1%	2,2 p.p.
EBITDA	50,8	28,5	78,2%	147,3	101,0	45,9%
Margem EBITDA (%)	13,0%	7,3%	5,7 p.p.	9,8%	7,5%	2,3 p.p.

RECEITA BRUTA

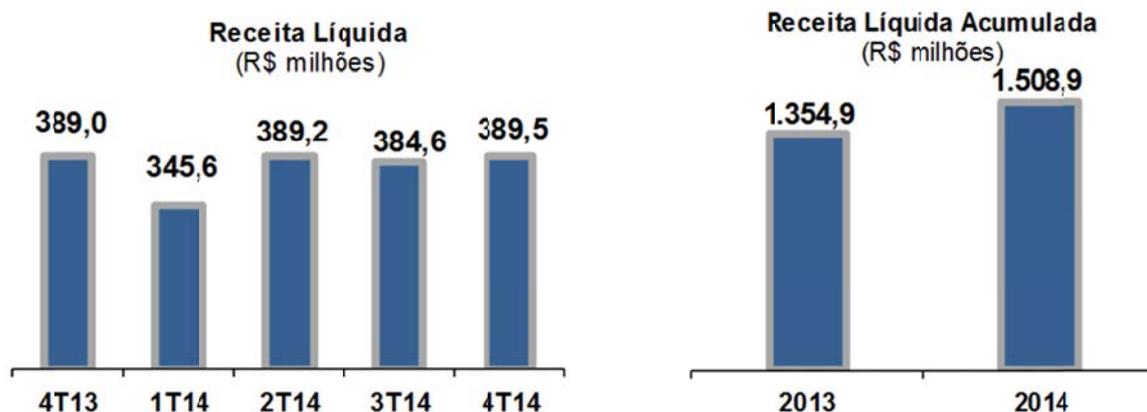
A receita bruta da J. Macêdo totalizou R\$ 444,1 milhões no 4T14, uma redução de 0,6% em relação a igual período de 2013 (R\$ 446,6 milhões). A margem bruta foi superior, passando de 32,0% no 4T13 para 38,1% no 4T14, refletindo os ganhos de eficiência em nossa operação.

No ano de 2014, a receita bruta totalizou R\$ 1.720,9 milhões, um aumento de 11,7% quando comparada a 2013 (R\$ 1.540,2 milhões). A margem bruta foi de 35,1% em 2014 comparada a 32,8% em 2013.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Companhia somou R\$ 389,5 milhões no 4T14, mantendo-se estável em relação ao 4T13 (R\$ 389,0 milhões).

No ano de 2014, a receita líquida somou R\$ 1.508,9 milhões, apresentando um crescimento de 11,4% em relação aos R\$ 1.354,9 milhões registrados no ano de 2013.





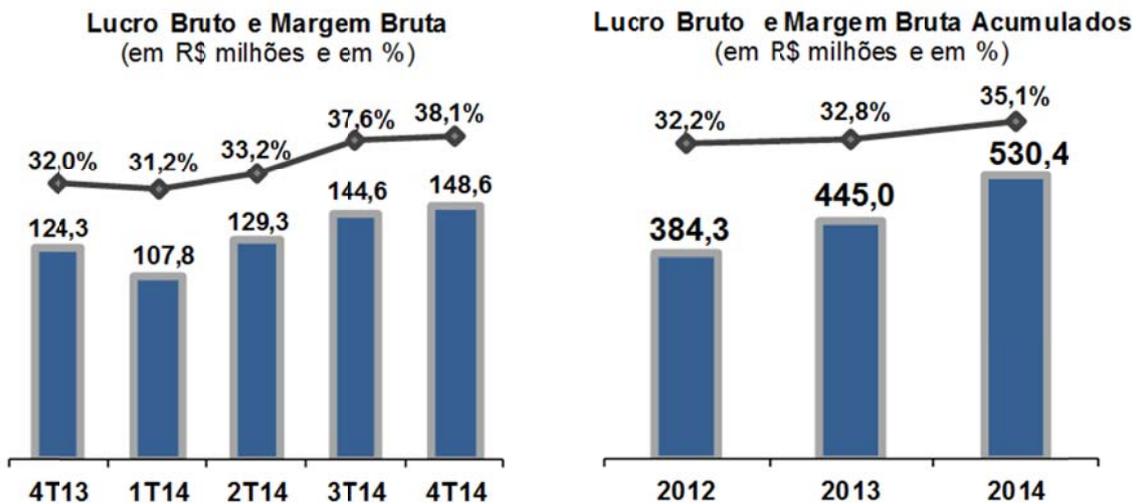
CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 4T14 totalizaram R\$ 240,9 milhões, equivalentes a 61,8% da receita líquida, uma redução de 9,0% comparados aos R\$ 264,7 milhões (68,0% da receita líquida) registrados no 4T13.

No ano de 2014, os custos de bens e/ou serviços vendidos somaram R\$ 978,6 milhões, equivalentes a 64,9% da receita líquida, um aumento de 7,6% comparados aos R\$ 909,9 milhões (67,2% da receita líquida) registrados no ano de 2013.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto do 4T14 foi de R\$ 148,6 milhões, um aumento de 19,5% com relação aos R\$ 124,3 milhões registrados no 4T13. No trimestre, este lucro representa 38,1% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 32,0%.



No ano de 2014, o lucro bruto foi de R\$ 530,4 milhões, 35,1% da receita líquida, um acréscimo de 19,2% quando comparados aos R\$ 445,0 milhões (32,8% da receita líquida) registrados no ano de 2013.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais do 4T14 totalizaram R\$ 104,3 milhões, correspondentes a 26,8% da receita líquida do mesmo período, 5,0% acima dos R\$ 99,3 milhões registrados no 4T13 (25,5% da receita líquida).

No ano de 2014, as despesas operacionais totalizaram R\$ 407,5 milhões, equivalentes a 27,0% da receita





líquida, um acréscimo de 10,9% quando comparados aos R\$ 367,4 milhões (27,1% da receita líquida) registrados no ano de 2013.

As despesas com vendas foram impactadas pelo incremento da equipe de promotores de vendas e as novas operações logísticas incorridas com o crescimento do segmento de panificação.

A variação na linha de outras despesas e receitas operacionais deve-se principalmente ao reconhecimento das provisões de honorários de êxito e reestruturação para operação descontinuada e reconhecimento do crédito de ICMS farelo referentes a anos anteriores.

Despesas Operacionais	4T14	4T13	4T14 X 4T13 (%)	2014	2013	2014 X 2013 (%)
Vendas	(71,9)	(72,5)	-0,8%	(272,9)	(250,2)	9,1%
Gerais e Administrativas	(31,5)	(26,5)	18,9%	(114,1)	(98,1)	16,3%
Honorários da Administração	(1,5)	(1,6)	-6,3%	(6,3)	(6,3)	0,0%
Depreciação/Amortização	(2,7)	(3,6)	-25,0%	(10,6)	(14,2)	-25,4%
Outras Despesas/ Receitas Operacionais	3,3	4,9	-32,7%	(3,6)	1,4	N/A
Total	(104,3)	(99,3)	5,0%	(407,5)	(367,4)	10,9%

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

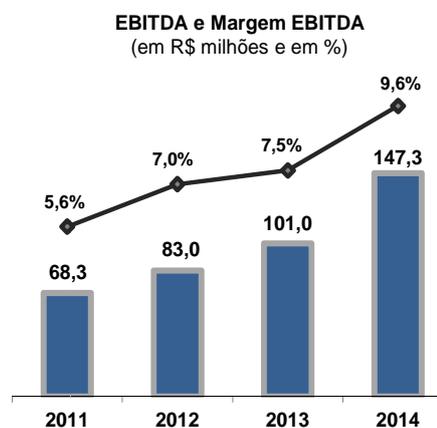
Resultado Financeiro	4T14	4T13	4T14 X 4T13 (%)	2014	2013	2014 X 2013 (%)
Receitas Financeiras	17,7	(6,5)	-372,3%	60,0	38,5	55,8%
Despesas Financeiras	(20,8)	(2,2)	845,5%	(88,6)	(60,8)	45,7%
Total	(3,1)	(8,7)	-64,4%	(28,6)	(22,3)	28,3%

A J. Macêdo registrou, no 4T14, resultado financeiro líquido de R\$ 3,1 milhões de despesas, uma redução de 64,4% comparada aos R\$ 8,7 milhões no mesmo período do ano anterior. Em 2014, o resultado financeiro líquido da Companhia totalizou R\$ 28,6 milhões de despesas, um aumento de 28,3% comparado aos R\$ 22,3 milhões no mesmo período do ano anterior, impactado pelo ajuste a valor de mercado das operações de hedge e pelo aumento de recursos para capital de giro.

RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA

A Companhia encerra o 4T14 com lucro operacional de R\$ 41,3 milhões, totalizando o ano de 2014 com um lucro operacional de R\$ 94,2 milhões.

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) do 4T14 totalizou R\$ 50,8 milhões (margem de 13,0% da receita líquida), que representou acréscimo de 78,2% em relação aos R\$ 28,5 milhões (margem de 7,6% da receita líquida) no mesmo período do ano anterior.





O EBITDA acumulado de doze meses totalizou R\$ 147,3 milhões (margem de 9,8% da receita líquida), acima dos R\$ 101,0 milhões (7,5% da receita líquida) no mesmo período do ano anterior.

Reconciliação do EBITDA	2014	2013
Lucro antes do IR e CS - LAIR	94,2	55,4
Depreciação/ Amortização Custos	13,9	12,4
Depreciação/ Amortização Despesas	10,6	14,2
Resultado Financeiro	28,6	22,3
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(3,3)
EBITDA	147,3	101,0

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido registrado no 4T14 foi de R\$ 35,3 milhões, com margem líquida de 9,1%, quando no mesmo período do ano anterior o lucro líquido foi de R\$ 16,5 milhões, com margem líquida de 4,2%. O ano de 2014 encerrou com um lucro de R\$ 79,5 milhões (margem líquida de 5,3%), que representa um aumento de 55,6% quando comparado com R\$ 51,1 milhões do ano de 2013 (margem líquida de 3,8%).

ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	2014	2013	2014 X 2013 (%)	3T14	2014 X 3T14 (%)
Curto Prazo	165,7	106,2	56,0%	171,9	3,7%
Empréstimos e Financiamentos	136,1	106,2	28,2%	145,8	7,1%
Debêntures	29,6	-	N/A	26,1	-11,8%
Longo Prazo	221,9	183,0	21,3%	153,7	-30,7%
Empréstimos e Financiamentos	136,2	80,3	69,6%	68,0	-50,1%
Debêntures	85,7	102,7	-16,6%	85,7	0,0%
Total Endividamento	387,6	289,2	34,0%	325,6	-16,0%
(-) Caixa	(139,7)	(100,7)	38,7%	(114,0)	-18,4%
(-) Instrumentos Financeiros Derivativos	(14,3)	(18,5)	-22,7%	(17,1)	19,6%
Dívida Líquida	233,6	170,0	37,4%	194,5	-16,7%

O endividamento líquido no final de 2014 foi maior 37,4% quando comparado ao ano de 2013. O crescimento deve-se principalmente à execução do plano de investimentos da Companhia.

Covenants	2014	2013	2014 X 2013 (%)	3T14	2014 X 2013 (%)
Dívida financeira líquida/Ebitda <= 2,75	1,59	1,68	-5,8%	1,56	1,6%
Dívida financeira bruta/Patrimônio líquido <= 1,50	0,84	0,73	16,3%	0,75	12,6%
Ebitda/Despesas financeiras líquidas >= 1,75	5,14	4,53	13,4%	3,65	40,8%



Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida, continuaram em patamares robustos neste período, sempre dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de empréstimos.

Investimentos

No 4T14, o total de investimentos da Companhia foi de R\$ 49,0 milhões, um aumento de 12,1% em relação aos R\$ 43,7 milhões em investimentos no 4T13. No ano de 2014, o total de investimentos da Companhia somou R\$ 114,6 milhões, um aumento de 51,4% em relação aos R\$ 80,3 milhões em investimentos no ano de 2013.

Com a finalidade de melhorar sua competitividade e manter sua posição de liderança, a J. Macêdo esta planejando investir no quadriênio de 2014 a 2017, principalmente em melhorias operacionais, focando em ganhos de produtividade com aumento de capacidade produtiva e na modernização das unidades com novas tecnologias.

Serão beneficiadas unidades de moagem de trigo e de fábricas de massas, misturas e biscoitos, localizadas nas cidades de Fortaleza (CE), Salvador e Simões Filho (BA), São José dos Campos (SP), Londrina (PR), e Pouso Alegre (MG).

Na unidade de Salvador foram construídos novos silos para ampliação da capacidade de estocagem de trigo. Na unidade de Simões Filho os investimentos estão sendo destinados para o aumento da capacidade da produção de biscoitos e modernização dos processos.



Desempenho Setorial

DESEMPENHO DO TRIGO

O ano de 2014 se encerrou com boa oferta mundial de trigo após a consolidação da safra recorde 2013/14, de 715,4 milhões de toneladas, e a projeção pelo *United States Department of Agriculture* (USDA) de uma safra ainda maior no ciclo 2014/15, de 722,2 milhões de toneladas. O crescimento da produção mundial contribuiu para o aumento dos estoques de passagem, que encerraram 2014 projetados com 194,9 milhões de toneladas, e, conseqüentemente, para queda nos preços.

Também no Mercosul foi verificada melhora na oferta, apesar do excesso de chuvas ter comprometido as safras do Uruguai e do Rio Grande do Sul, principalmente. A produção em 2014 aumentou em todos os países do Mercosul, com destaque para a Argentina.

O aumento na oferta no país vizinho permitiu ao Brasil no último trimestre reduzir as importações dos Estados Unidos e Canadá, opções mais caras.

Mercado Nacional:

A projeção feita pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) de safra nacional recorde não se concretizou. O excesso de chuvas no Rio Grande do Sul causou a quebra de 51% da safra no estado, reduzindo o volume antes projetado em 3,09 para 1,52 milhão de toneladas. No Paraná, o desempenho da safra foi muito bom, tanto em volume quanto em qualidade, e a produção estimada ficou em 3,77 milhões de toneladas.

A ampla oferta no Paraná e o estoque de passagem elevado no Rio Grande do Sul provocaram queda dos preços nesses estados. Isso levou o governo federal a realizar leilões PEPRO (Prêmio Equalizador pago ao Produtor) entre os meses de outubro e dezembro para escoamento do trigo. Essa ação promoveu a venda de 794 mil toneladas do grão e deu sustentação aos preços no mercado interno.

Recursos Humanos

A decisão da J. Macêdo de acelerar seu crescimento nos próximos anos exigiu, além de um plano de investimentos consistente e arrojado, a adequação do seu time de gestão. Como parte desta estratégia, 2014 foi marcado pela chegada de novos integrantes no Comitê Executivo da empresa.

Desenvolver e reter seus talentos internos são desafios permanentes da área de Recursos Humanos. O projeto de Carreira e Sucessão, iniciado em 2013, foi ampliado para todo o corpo gerencial da J. Macêdo e terá continuidade em 2015 com a aplicação de Avaliações de 360° e a construção do Plano de Desenvolvimento Individual. Como parte do Projeto, este grupo de gestores participou de Treinamento Modelo de Liderança



J. Macêdo.

Em dezembro, durante evento dedicado às lideranças da companhia, o Presidente Executivo transmitiu a todos os gestores o compromisso com a cultura, as crenças e os valores norteadores das políticas e práticas de gestão da J. Macêdo, expressos em carta do Presidente do Conselho de Administração, cujo conteúdo reforça também a importância de intensificar os investimentos no desenvolvimento das pessoas, na renovação tecnológica, na eficiência operacional e na inovação.

Perspectivas

Apesar dos desafios projetados para 2015 em relação ao cenário macroeconômico nacional, dados da ABIA (Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação) indicam um ano com relativo crescimento em relação a 2014 para a indústria de alimentos. A entidade espera crescimento entre 1% a 2% no volume de produção, e entre 1,5% a 2,5% nas vendas reais e um aumento nas exportações para US\$ 42 bilhões (foram US\$ 41 bilhões em 2014).

A J. Macêdo está otimista, acreditando na fortaleza do setor de alimentação, especialmente no mercado que atua. A empresa segue focada em seu processo de transformação. Além disso, os investimentos em curso e os esforços de gestão na busca pela eficiência operacional deverão seguir incrementando nossos resultados. A empresa está desenvolvendo um ambiente propício para que o retorno ao segmento de Panificação contribua ainda mais para o desempenho nos próximos exercícios.

Com a finalidade de melhorar sua competitividade e manter sua posição de liderança, a J. Macêdo seguirá com seu plano de investimentos, concentrados principalmente em melhorias operacionais, focando em ganhos de produtividade com resultante aumento de capacidade produtiva.

A J. Macêdo não poupará esforços para preservar as condições de rentabilidade nas categorias em que detém liderança, com constante monitoramento do mercado para fortalecimento nas demais categorias de atuação.

A presença forte em mercados bem estabelecidos e de grande poder de consumo posiciona a J. Macêdo entre as empresas com maior potencial de crescimento da indústria de alimentação para os próximos anos. O uso de tecnologia de ponta e a modernização das fábricas em curso, somados à força de suas marcas, em especial Dona Benta, Petybon, Sol e Brandini, são diferenciais competitivos da companhia para a obtenção de resultados ainda melhores.



Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas da Companhia, informamos que desde a contratação da KPMG Auditores Independentes, foram prestados pela mesma, apenas serviços de Auditoria Externa.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao seu futuro.

Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do país, do setor e dos mercados internacionais; estando, portanto, sujeitas a mudanças.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
J. Macêdo S.A.
Fortaleza - Ceará

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da J. Macêdo S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J. Macêdo S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de

caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da J. Macêdo S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 26 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Caixa e equivalentes a caixa	4	127.590	69.649	139.668	100.658
Contas a receber		151.066	145.805	149.546	145.611
Contas a receber de clientes	5	143.825	140.361	143.768	140.490
Outras contas a receber		7.241	5.444	5.778	5.121
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	8	-	-	2.568	2.213
Estoques	6	177.108	177.537	157.583	146.779
Impostos e contribuições sociais a recuperar	7	58.719	54.979	58.770	55.017
Despesas antecipadas		2.679	2.617	2.679	2.640
Ativos não circulantes mantidos para venda		3.693	3.693	3.693	3.693
Instrumentos financeiros derivativos	28	8.575	14.007	12.798	17.566
Total do ativo circulante		529.430	468.287	527.305	474.177
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	8	824	16	824	16
Outros ativos não circulantes		32.765	14.381	32.765	14.381
Impostos e contribuições sociais a recuperar	7	31.283	11.514	31.283	11.514
Instrumentos financeiros derivativos	28	1.482	2.867	1.482	2.867
Outras contas a receber		8.562	8.408	8.562	8.408
Investimentos	10	32.812	37.309	64	64
Propriedades para investimentos	11	64.000	63.984	64.000	63.984
Imobilizado	12	363.363	277.906	374.132	288.860
Intangível	13	8.540	8.969	14.939	15.368
Total do ativo não circulante		510.866	410.973	495.286	391.081
Total do ativo		1.040.296	879.260	1.022.591	865.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Obrigações sociais e trabalhistas		28.070	26.421	28.228	26.495
Fornecedores	14	47.688	66.672	47.458	66.700
Tributos a recolher	15	10.710	17.261	10.764	17.285
Imposto de renda e contribuição social		9.058	266	9.113	333
Empréstimos e financiamentos		143.454	113.003	136.107	106.204
Com terceiros	16	136.107	106.204	136.107	106.204
Com partes relacionadas	8	7.347	6.799	-	-
Debêntures	17	29.644	-	29.644	-
Financiamento de impostos		2.531	2.015	2.531	2.015
Arrendamentos mercantis financeiros	12.5	11.624	12.006	-	-
Dividendos e JCP a pagar	21.5	11.258	3	11.262	5
Instrumentos financeiros derivativos	28	223	-	658	1.895
Outras contas a pagar	18	29.217	25.768	29.354	25.862
Total do passivo circulante		323.477	263.415	305.119	246.794
Empréstimos e financiamentos		136.188	80.282	136.188	80.282
Com terceiros	16	136.188	80.282	136.188	80.282
Debêntures	17	85.720	102.670	85.720	102.670
Tributos a recolher	15	-	8.049	-	8.049
Financiamento de impostos		2.773	2.650	2.773	2.650
Outras contas a pagar	18	11.777	6.486	11.777	6.486
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	13.257	9.234	15.698	11.675
Provisão para contingências	19	8.453	8.245	8.453	8.399
Provisão para perda com investimento	8	1.811	-	-	-
Total do passivo não circulante		259.979	217.616	260.609	220.211
Patrimônio líquido	21				
Capital social		197.873	197.873	197.873	197.873
Reservas de capital		601	601	601	601
Reserva de lucros		235.386	175.876	235.386	175.876
Ajustes de avaliação patrimonial		22.980	23.879	22.980	23.879
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		456.840	398.229	456.840	398.229
Participação de não controladores		-	-	23	24
Total do patrimônio líquido		456.840	398.229	456.863	398.253
Total do passivo		583.456	481.031	565.728	467.005
Total do passivo e patrimônio líquido		1.040.296	879.260	1.022.591	865.258

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2014	2013	2014	2013
Operações em continuidade					
Receita líquida de vendas	23	1.494.410	1.350.948	1.508.942	1.354.911
Custo das vendas	24	<u>(966.722)</u>	<u>(907.083)</u>	<u>(978.585)</u>	<u>(909.893)</u>
Lucro bruto		<u>527.688</u>	<u>443.865</u>	<u>530.357</u>	<u>445.018</u>
Despesas com vendas	24.2	(272.895)	(250.177)	(272.895)	(250.177)
Despesas gerais e administrativas	24.2	(113.327)	(97.735)	(114.170)	(98.140)
Honorários da administração	8	(6.325)	(6.251)	(6.325)	(6.251)
Depreciação e amortização		(10.583)	(14.048)	(10.583)	(14.237)
Outras receitas operacionais líquidas	26	(3.606)	1.405	(3.606)	1.408
Resultado de equivalência patrimonial	10	<u>(3.053)</u>	<u>2.245</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>117.899</u>	<u>79.304</u>	<u>122.778</u>	<u>77.621</u>
Receitas financeiras	27	48.450	37.689	59.989	38.549
Despesas financeiras	27	<u>(72.395)</u>	<u>(61.943)</u>	<u>(88.581)</u>	<u>(60.820)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(23.945)</u>	<u>(24.254)</u>	<u>(28.592)</u>	<u>(22.271)</u>
Resultado antes dos impostos		93.954	55.050	94.186	55.350
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	9	(15.377)	6	(15.609)	(294)
Diferido	9	<u>932</u>	<u>(3.999)</u>	<u>932</u>	<u>(3.999)</u>
		<u>(14.445)</u>	<u>(3.993)</u>	<u>(14.677)</u>	<u>(4.293)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>79.509</u>	<u>51.057</u>	<u>79.509</u>	<u>51.057</u>
Lucro líquido por ação: básico e diluído - R\$	22	3,64182	2,33861		
Quantidade de ações em circulação no final do exercício:					
Ordinárias		11.496.411	11.496.411		
Preferenciais		<u>10.335.786</u>	<u>10.335.786</u>		
		<u>21.832.197</u>	<u>21.832.197</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do exercício	79.509	51.057	79.509	51.057
Resultados abrangentes	(677)	55	(677)	55
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(677)	55	(677)	55
Resultado abrangente total	78.832	51.112	78.832	51.112
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	78.832	51.112	78.832	51.112
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Resultado abrangente total	78.832	51.112	78.832	51.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros	Incentivos fiscais					
Saldos em 1º de janeiro de 2013	197.873	601	11.248	21.908	124.423	24.109	-	380.162	24	380.186
Transações de capital com os sócios										
Distribuição de dividendos complementares	-	-	-	(21.908)	445	-	-	(21.463)	-	(21.463)
Outros resultados abrangentes										
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(285)	285	-	-	-
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	55	-	55	-	55
Lucro líquido do exercício							51.057	51.057	-	51.057
Destinação do lucro										
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	1.521	-	-	(1.521)	-	-	-
Constituição de reserva legal (Nota 26.6)	-	-	-	-	-	-	(11.582)	(11.582)	-	(11.582)
Dividendos complementares	-	-	2.553	-	-	-	(2.553)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Nota 25)	-	-	-	-	35.686	-	(35.686)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	197.873	601	13.801	1.521	160.554	23.879	-	398.229	24	398.253
Transações de capital com os sócios										
Distribuição de dividendos complementares	-	-	-	(1.521)	-	-	-	(1.521)	-	(1.521)
Participação empresa controlada	-	-	-	(16)	-	-	-	(16)	(1)	(17)
Outros resultados abrangentes										
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(278)	278	-	-	-
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	(621)	-	(621)	-	(621)
Lucro líquido do exercício							79.509	79.509	-	79.509
Destinação do lucro										
Dividendos complementares	-	-	-	15.651	-	-	(15.651)	-	-	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(18.666)	(18.666)	-	(18.666)
Constituição de reserva legal (Nota 21.5)	-	-	3.975	-	-	-	(3.975)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Nota 20)	-	-	-	-	41.421	-	(41.495)	(74)	-	(74)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	197.873	601	17.776	15.635	201.975	22.980	-	456.840	23	456.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	79.509	51.057	79.509	51.057
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	23.391	25.628	23.576	25.800
Equivalência patrimonial	3.053	(2.245)	-	-
Resultado de ativo imobilizado baixado	979	3.567	979	3.567
Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	(256)	(614)	(256)	(614)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	10.943	1.272	10.789	1.426
Constituição (reversão) de provisão para perdas em estoque	246	1.932	246	1.932
Constituição de provisão para reestruturação	12.716	-	12.716	-
Crédito de ICMS	(22.444)	-	(22.444)	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	39.573	33.688	39.334	34.193
IR e CS diferidos	(932)	5.913	(932)	5.913
Valor justo das propriedades para investimento e dos instrumentos financeiros derivativos	(3.998)	(14.877)	(6.122)	(14.877)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(3.208)	(41.449)	(3.272)	(41.514)
Estoques	(500)	(35.900)	(11.756)	(5.119)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(1.066)	(19.485)	(1.078)	(19.482)
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	(808)	2.776	(808)	2.776
Bens destinados para venda	-	65	-	65
Outros créditos	(902)	(896)	(815)	(898)
Fornecedores	(18.984)	29.329	(18.992)	29.328
Tributos a recolher	(3.653)	7.847	(3.635)	7.865
Financiamento de impostos	639	332	639	332
Obrigações sociais e trabalhistas	1.649	6.825	1.733	6.700
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	548	187	(12)	(30.781)
Provisão para contingências	(3.679)	(1.523)	(3.679)	(1.523)
Outras contas a pagar	(6.205)	(11.131)	(6.161)	(11.120)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>106.611</u>	<u>42.298</u>	<u>89.559</u>	<u>45.026</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de investimento	-	(2.850)	-	(2.850)
Intangível	(1.969)	(5.317)	(1.969)	(5.317)
Imobilizado	(112.635)	(80.274)	(112.636)	(80.301)
Recebimento de dividendos	1.524	1.517	-	-
Fluxo de caixa aplicado das atividades de investimento	<u>(113.080)</u>	<u>(86.924)</u>	<u>(114.605)</u>	<u>(88.468)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	(6.132)	(40.345)	(6.131)	(40.345)
Captação de empréstimos e financiamentos	190.797	104.756	190.442	104.756
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(123.449)	(118.870)	(123.449)	(124.386)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(8.519)	(10.359)	(8.519)	(10.359)
Amortização de instrumentos financeiros derivativos	11.713	5.107	11.713	4.400
Captação de debêntures	-	100.000	-	100.000
Caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>64.410</u>	<u>40.289</u>	<u>64.056</u>	<u>34.066</u>
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>145</u>
Redução em caixa e equivalentes de caixa	<u>57.941</u>	<u>(4.337)</u>	<u>39.010</u>	<u>(9.231)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>69.649</u>	<u>73.986</u>	<u>100.658</u>	<u>109.889</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>127.590</u>	<u>69.649</u>	<u>139.668</u>	<u>100.658</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas	1.709.982	1.528.880	1.725.126	1.530.475
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.705.705	1.535.568	1.720.844	1.537.163
(-) Abatimentos e descontos	(23.617)	(16.852)	(23.617)	(16.852)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - reversão/ (constituição)	(756)	(606)	(756)	(606)
Outras receitas	28.650	10.770	28.655	10.770
Insumos adquiridos de terceiros	(1.265.025)	(1.154.830)	(1.277.614)	(1.154.926)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(898.404)	(845.845)	(910.271)	(845.663)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(331.689)	(296.978)	(331.839)	(297.094)
Perda/ recuperação de valores ativos	(17.616)	(2.986)	(17.616)	(2.986)
Outros	(17.316)	(9.021)	(17.888)	(9.183)
Valor adicionado bruto	444.957	374.050	447.512	375.549
Depreciação e amortização	(23.624)	(25.878)	(23.624)	(26.067)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	421.333	348.172	423.888	349.482
Valor adicionado recebido em transferência	45.397	39.934	59.989	38.549
Resultado de equivalência patrimonial	(3.053)	2.245	-	-
Receitas financeiras	48.450	37.689	59.989	38.549
Valor adicionado total a distribuir	466.730	388.106	483.877	388.031
Distribuição do valor adicionado	466.730	388.106	483.877	388.031
Pessoal	165.243	143.856	165.363	143.967
Remuneração direta	100.270	88.049	100.351	88.125
Honorários da administração	6.325	6.251	6.325	6.251
Benefícios	29.080	24.860	29.088	24.869
FGTS	9.225	8.435	9.225	8.435
Participação dos empregados nos lucros	15.526	13.395	15.526	13.395
Outros gastos	4.817	2.866	4.848	2.892
Impostos, taxas e contribuições	134.737	114.846	135.578	115.784
Federais	46.863	38.290	47.518	39.008
Estaduais	85.562	74.860	85.563	74.860
Municipais	2.312	1.696	2.497	1.916
Remuneração de capitais de terceiros	87.241	78.347	103.427	77.223
Despesas financeiras	72.395	61.943	88.581	60.820
Aluguéis e leasing	14.846	16.404	14.846	16.403
Remuneração de capitais próprios	79.509	51.057	79.509	51.057
Juros sobre capital próprio e dividendos	18.666	11.582	18.666	11.582
Incentivos fiscais	41.495	35.686	41.495	35.686
Lucros retidos no exercício	19.348	3.789	19.348	3.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia e Controladas

1.1 Objeto social

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, com a finalidade de melhor atender os clientes. Esses centros de distribuição, além de facilitar a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, suas controladas e sua operação controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

1.2 Desativação de unidade

Por decisões estratégicas da Companhia, até o mês de março de 2015, serão paralisadas as atividades de produção da filial situada em Jaguaré, SP. O volume de produção realizado por esta unidade será transferido para a unidade da Companhia situada em São José dos Campos, SP.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP.

A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas DFs separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre o BR GAAP e o IFRS.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2014 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2015.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: instrumentos financeiros derivativos e propriedades para investimento.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo, exceto pela controlada Cipolin S.A., que tem o dólar norte-americano como moeda funcional. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos, quando aplicáveis, propriedades para investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável, benefícios de curto prazo a empregados, contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia, de suas controladas e da operação controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2014 e 2013, apresentadas abaixo a seguir:

Razão social	País sede	% participação societária	
		2014	2013
a) Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. ("Pico da Caledônia")	Brasil	99,9	99,9
b) Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	100,0
c) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

a) Pico da Caledônia (sociedade de capital fechado) - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de “Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.”, detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 01 ação. A Pico da Caledônia é uma empresa cujo objeto social é a industrialização de farinha e farelo de trigo e seus respectivos sucedâneos, subprodutos e resíduos de valor econômico; a participação em outras sociedades e a administração de bens próprios e/ou de terceiros. Seu capital social foi subscrito, em 2006, por bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza.

b) Cipolin (sociedade de capital fechado) - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 1985 sob a razão social de “Cipolin S.A.”, detendo a controladora a propriedade de 100% do capital social da Companhia que é constituído por 459.773.063 ações. A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo, substancialmente da Argentina, para a J. Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.

c) Tergran (sociedade de capital fechado) – A operação controlada em conjunto com as empresas Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, as quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação controlada em conjunto (*joint operation*). A Tergran é uma empresa de propósito específico, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

As participações de não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido não detida pela Companhia e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e no patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado da controladora.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Controladas e operação controlada em conjunto

As demonstrações financeiras das controladas e da operação controlada em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

A operação controlada em conjunto é aquela na qual o Grupo possui controle compartilhado,

estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos de suas controladas e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos de acordo com a participação na entidade.

3.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

3.3.1 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

3.3.2 Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real pela média mensal das taxas de câmbio.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

3.4 Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

Impostos diferidos

O Grupo, fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do período de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensuradas ao valor justo, existe a presunção que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.5 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na nota explicativa 20.

3.6 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos – reconhecimento e mensuração

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade “swap” e “forwards”, demonstradas na nota explicativa 28.

Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente registrados no resultado do período.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

a.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. O mesmo critério é utilizado para a qualificação de um investimento como equivalente de caixa.

b. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais, se não resgatáveis ou resgatáveis somente por opção da Companhia, são classificadas como patrimônio líquido.

3.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - Custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos, de produtos avariados e/ou obsoletos.

3.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para o CPC (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na nota explicativa 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.9 Arrendamentos mercantis

No começo de um contrato o Grupo define se ele é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições abaixo forem atendidas:

- a.** Cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- b.** O contrato contém direito de uso do ativo ou ativos.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.10 Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

3.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no período em que for incorrido.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

a. Ativos financeiros

Trimestralmente, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se

identifique tais evidências, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

b. Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e impostos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora

de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações financeiras, líquida de qualquer reembolso.

3.14 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.15 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo devoluções, descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador e o custo associado puder ser mensurado adequadamente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são

reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.16 Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média de ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor no exercício apresentado, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação.

3.17 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

A Companhia atua no segmento alimentício com sete linhas de produtos: farinha, farelo, mistura para pães e bolos, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermento. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte da Companhia não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem com informação financeira individualizada disponível.

Tendo em vista que as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

3.18 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou as demonstrações dos valores adicionados (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4 Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Bancos conta movimento	12.614	10.079	18.049	18.728
Aplicações financeiras	114.976	59.570	121.619	81.930
	<u>127.590</u>	<u>69.649</u>	<u>139.668</u>	<u>100.658</u>

As aplicações financeiras em renda fixa se referem a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,89% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (31 de dezembro de 2013: 100,74%) e estão

destinadas à negociação imediata e disponíveis para utilização imediata. As aplicações financeiras possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas.

A Controlada Cipolin S.A. mantém seus recursos aplicados no Banco Safra – NY, em certificados de depósitos com correção de 0,25% a.a., com prazo de 6 meses, no valor total de R\$5.553, e próximo vencimento para 13/02/2015. Estas aplicações não possuem qualquer restrição de saque, estando disponíveis para resgate imediato.

O Grupo mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, por esse motivo foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Cientes no país	155.317	150.277	155.260	150.406
Desconto de verbas contratuais	(10.428)	(8.596)	(10.428)	(8.596)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.064)	(1.320)	(1.064)	(1.320)
	<u>143.825</u>	<u>140.361</u>	<u>143.768</u>	<u>140.490</u>

Os descontos de verbas contratuais representam descontos condicionais que serão concedidos em função da data de pagamento da fatura.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Prazo:				
Valores a vencer:	147.305	142.548	147.248	142.677
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	6.567	5.666	6.567	5.666
de 31 a 60 dias	260	548	260	548
de 61 a 90 dias	80	162	80	162
Acima de 90 dias	1.105	1.353	1.105	1.353
	<u>155.317</u>	<u>150.277</u>	<u>155.260</u>	<u>150.406</u>

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber para os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está assim representada:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Saldo inicial	(1.320)	(1.934)
Constituição de provisão	(1.686)	(1.520)
Reversões e baixas	1.942	2.134
Saldo final	<u>(1.064)</u>	<u>(1.320)</u>

Na nota explicativa 28.2.2 está demonstrado o montante de contas a receber por tipo de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Produtos acabados	42.608	39.716	42.631	39.716
Matérias primas	63.001	68.575	63.001	68.575
Materiais de produção	17.510	19.783	17.510	19.783
Materiais de manutenção e outros	5.923	4.963	5.923	4.986
Produtos em processo	192	1.501	192	1.501
Importação em andamento (a)	47.874	42.999	28.326	12.218
	<u>177.108</u>	<u>177.537</u>	<u>157.583</u>	<u>146.779</u>

- (a) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 31 de dezembro de 2014, o montante de adiantamentos com a controlada Cipolin foi de R\$ 19.548. (31 de dezembro de 2013: R\$ 30.781).

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matérias primas e materiais de manutenção. Segue abaixo a movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
Saldo inicial	(3.747)	(1.815)
Adições	(16.380)	(13.732)
Reversões	15.451	11.800
Saldo final	<u>(4.676)</u>	<u>(3.747)</u>

7 Impostos e contribuições sociais a recuperar

	Controladora					
	2014			2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	12.481	16.511	28.992	11.996	4.143	16.139
ICMS a apropriar (b)	26.489	-	26.489	23.576	2.012	25.588
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	2.650	3.395	6.045	463	2.526	2.989
Imposto de renda a compensar	4.533	-	4.533	4.382	-	4.382
Contribuição social a compensar	-	-	-	1.118	-	1.118
PIS a compensar (c)	2.525	1.399	3.924	2.424	502	2.926
COFINS a compensar (c)	9.294	6.447	15.741	10.379	2.331	12.710
Outros impostos e contribuições	747	3.531	4.278	641	-	641
	<u>58.719</u>	<u>31.283</u>	<u>90.003</u>	<u>54.979</u>	<u>11.514</u>	<u>66.493</u>

	Consolidado					
	2014			2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	12.481	16.511	28.992	11.996	4.143	16.139
ICMS a apropriar (b)	26.489	-	30.020	23.576	2.012	25.588
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	2.650	3.395	6.045	463	2.526	2.989
Imposto de renda a compensar	4.583	-	4.583	4.420	-	4.420
Contribuição social a compensar	-	-	-	1.118	-	1.118
PIS a compensar (c)	2.525	1.399	3.924	2.424	502	2.926
COFINS a compensar (c)	9.294	6.447	15.741	10.379	2.331	12.710
Outros impostos e contribuições	748	3.531	748	641	-	641
	<u>58.770</u>	<u>31.283</u>	<u>90.053</u>	<u>55.017</u>	<u>11.514</u>	<u>66.531</u>

Os impostos e contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- Refere-se, substancialmente, a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ números 46/00 e 50/05, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária;
- Tratam-se de pagamentos antecipados de ICMS substituição tributária que serão apropriados no momento da venda; e
- Crédito decorrente de pagamentos a maior e sobre aquisição de insumos.

8 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo.

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

J.Macêdo Alimentos S.A.

J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

MAC-DO Administração e Participações S.A.

BDM Participações Ltda.

Operações controladas em conjunto

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na nota explicativa 3.1.

Empresas controladas

Pico da Caledônia. - Companhia controlada, constituída em 2004, conforme nota explicativa 3.1.

CIPOLIN S.A. - Companhia controlada, adquirida de sua controladora J. Macêdo Alimentos S.A., conforme nota explicativa 3.1.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não há provisão registrada para perda ao valor recuperável, pela ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo J. Macêdo, e sobre estes valores não incide qualquer encargo financeiro.

Segue abaixo quadro das operações entre as partes relacionadas:

Companhia	Tipo de operação	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
<u>Ativo circulante</u>					
Cipolin S.A. (a)	Empréstimos a receber	-	-	2.568	2.213
<u>Ativo não circulante</u>					
J. Macêdo Alimentos S.A.	Empréstimos a receber	824	16	824	16
		<u>824</u>	<u>16</u>	<u>3.392</u>	<u>2.229</u>
<u>Passivo circulante</u>					
Pico da Caledônia (b)	Arrendamento Mercantil	(11.624)	(12.006)	-	-
		<u>(11.624)</u>	<u>(12.006)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Pico da Caledônia	Empréstimos a pagar	(6.159)	(5.599)	-	-
Tergran	Empréstimos a pagar	(1.188)	(1.200)	-	-
		<u>(7.347)</u>	<u>(6.799)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>(18.971)</u>	<u>(18.805)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Resultado</u>					
Cipolin	Custo com Importação de trigo	232.616	146.787	-	143.765
Pico da Caledônia	Despesa de deprec. dos bens arrendados	650	650	650	650
Pico da Caledônia	Despesas de juros com arrendamento financeiro	1.401	1.431	-	-
Pico da Caledônia	Despesas de alugueis dos bens arrendados	1.783	1.783	-	-
Tergran	Custos portuários	2.043	2.282	-	-
		<u>238.493</u>	<u>152.933</u>	<u>650</u>	<u>144.415</u>

(a) Empréstimos e recebíveis entre Cipolin e J. Macêdo Alimentos S.A.;

(b) Valor presente dos pagamentos mínimos do Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, das unidades industriais de Fortaleza e Salvador.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$1.083 (R\$13.000/ ano), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. Em 31 de dezembro de 2014, as despesas com honorários da Administração foram de R\$6.325 (31 de dezembro de 2013: R\$6.251). A provisão para participação nos resultados está demonstrada na nota explicativa 25.

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por aval, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia.

As operações, no que concerne a garantias, receberam avais da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., representando em 31 de dezembro de 2014, 49,43% (31 de dezembro de 2013: 48,19%) do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

Os comentários sobre cláusulas restritivas estão apresentados nas notas explicativas 16 e 17.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	6.930	17.768	6.930	17.768
<u>Diferenças temporárias:</u>				
Provisão para perda ao valor recuperável	296	367	296	367
Provisão para perdas com estoques	1.300	1.042	1.300	1.042
Provisão para contingências	2.351	2.293	2.351	2.293
Provisão de honorários de êxito	2.233	-	2.233	-
Programa de participação nos resultados	3.338	3.329	3.338	3.329
Perda operação "swap"	13.205	10.139	13.205	10.139
Outras provisões	5.815	469	5.815	469
Total diferido ativo	35.468	35.407	35.468	35.407
Ágio Chiarini	(1.780)	(1.542)	(1.780)	(1.542)
Ganho operação "swap"	(16.257)	(14.891)	(16.257)	(14.891)
Ajuste de avaliação patrimonial	(8.852)	(9.889)	(11.293)	(12.330)
Valor justo propriedades para investimentos	(15.844)	(15.838)	(15.844)	(15.838)
Juros sobre empréstimos capitalizados	(2.667)	(707)	(2.667)	(707)
Diferença depreciação fiscal	(3.325)	(1.774)	(3.325)	(1.774)
Total diferido passivo	(48.725)	(44.641)	(51.166)	(47.082)
Total de imposto diferido líquido	(13.257)	(9.234)	(15.698)	(11.675)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Corrente				
Imposto de renda	(10.650)	16	(10.821)	(196)
Contribuição social	(4.727)	(10)	(4.788)	(98)
	<u>(15.377)</u>	<u>6</u>	<u>(15.609)</u>	<u>(294)</u>
Diferidos				
Imposto de renda	1.260	(2.548)	1.260	(2.548)
Contribuição social	(328)	(1.451)	(328)	(1.451)
	<u>932</u>	<u>(3.999)</u>	<u>932</u>	<u>(3.999)</u>
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(14.445)</u>	<u>(3.993)</u>	<u>(14.677)</u>	<u>(4.293)</u>

Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	93.954	55.050	94.186	55.350
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	31.944	18.717	32.023	18.819
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	4.899	1.522	4.899	1.522
Itens não considerados como despesas pela legislação tributária	5.630	10.435	5.630	10.435
Adições temporárias				
Provisões temporárias	21.817	13.471	21.817	13.471
IR e CS diferida sobre adições temporárias				
Receitas de realizações futuras	(932)	3.289	(932)	3.289
Outros itens	(290)	57	(290)	57
Exclusões permanentes				
Itens não considerados como receitas pela legislação tributária	(6.575)	(15.542)	(6.575)	(15.542)
Benefício fiscal - juros sobre capital próprio	(6.347)	(3.938)	(6.347)	(3.938)
Exclusões temporárias				
Provisões realizadas	(12.043)	(10.077)	(12.043)	(10.077)
Ganho de incentivos fiscais	(15.422)	(12.224)	(15.422)	(12.224)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	(7.622)	(117)	(7.622)	(117)
Ajuste negativo do imposto de renda de exercícios anteriores	16	15	16	15
Outros	(630)	(1.615)	(630)	(1.417)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	14.445	3.993	14.677	4.293
Alíquota efetiva	<u>15,37%</u>	<u>7,25%</u>	<u>15,58%</u>	<u>7,76%</u>

10 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Participações em empresas controladas e controlada em conjunto	26.349	30.846	-	-
Ágio (nota explicativa 13)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	64	64	64	64
	<u>32.812</u>	<u>37.309</u>	<u>64</u>	<u>64</u>

	2014			2013		
	Tergran	Pico da Caledônia	Cipolin	Tergran	Pico da Caledônia	Cipolin
Informações sobre as controladas:						
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	999	459.773.063	2.193.000	999	459.773.063
Participação no capital total e votante:	33,33%	99,90%	100,00%	33,33%	99,90%	100,00%
Ativo circulante	5.834	11.778	18.250	5.815	12.280	34.141
Ativo não circulante	3.841	15.648	-	4.393	15.089	-
Total de ativos	<u>9.675</u>	<u>27.426</u>	<u>18.250</u>	<u>10.208</u>	<u>27.369</u>	<u>34.141</u>
Passivo circulante	855	1.553	20.061	953	441	30.842
Passivo não circulante	-	2.441	-	-	2.441	-
Total de passivos	<u>855</u>	<u>3.994</u>	<u>20.061</u>	<u>953</u>	<u>2.882</u>	<u>30.842</u>
Capital social	9.204	18.389	10.576	9.204	18.389	10.656
Patrimônio líquido	8.820	23.432	(1.811)	9.255	24.487	3.299
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(390)	1.567	(4.489)	788	1.590	394

	2014			2013	
	Tergran	Pico da Caledônia	Cipolin	Total	Total
Movimentação dos investimentos					
Saldo inicial	3.085	24.462	3.299	30.846	27.590
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(1.517)
Dividendos a receber	-	(2.619)	-	(2.619)	(377)
Equivalência patrimonial (a)	(129)	1.566	(2.678)	(1.241)	2.245
Aquisição de controlada	-	-	-	-	2.850
Variação cambial de investimento no exterior	-	-	(621)	(621)	55
Participação empresa controlada	(16)	-	-	(16)	-
Saldo final	<u>2.940</u>	<u>23.409</u>	<u>-</u>	<u>26.349</u>	<u>30.846</u>

(a) O resultado de equivalência patrimonial no exercício foi negativo em R\$4.489, que corresponde a R\$2.678 de prejuízo líquido registrado na conta de investimento e de R\$1.811 registrados na provisão para perdas com investimentos.

11 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas, mediante laudos de avaliadores independentes, com data de 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, onde o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de acordo com a NBR 14653-2.

Os imóveis registrados como propriedades para investimento incluem imóveis comerciais que estão arrendados e/ou disponíveis para arrendamento a terceiros.

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Saldo inicial	63.984	60.682
Ganho líquido de ajuste a valor justo	16	3.302
Saldo final	64.000	63.984

12 Imobilizado

12.1 Controladora

12.1.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	2014			2013		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	17.913	-	17.913	17.913	-	17.913
Edificações e outros imóveis	3,20	173.526	(79.958)	93.568	161.127	(75.553)	85.574
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	211.406	(110.540)	100.866	204.035	(99.623)	104.412
Instalações	10,23	20.418	(6.851)	13.567	13.576	(5.188)	8.388
Móveis e utensílios	10,00	8.907	(5.936)	2.971	8.173	(5.488)	2.685
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.796	(6.598)	1.198	7.563	(6.026)	1.537
Veículos	16,91	8.309	(3.005)	5.304	7.632	(1.879)	5.753
Outros	18,16	6.544	(3.319)	3.225	5.346	(2.345)	3.001
		454.819	(216.207)	238.612	425.365	(196.102)	229.263
Imobilizado em andamento	-	107.264		107.264	41.810	-	41.810
Adiantamento a fornecedores	-	17.487		17.487	6.833	-	6.833
		579.570	(216.207)	363.363	474.008	(196.102)	277.906

12.1.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 2013	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2014
Terrenos	17.913	-	-	-	-	17.913
Edificações e outros imóveis	85.574	293	(361)	12.467	(4.405)	93.568
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	104.412	10.427	(5.253)	2.735	(11.455)	100.866
Instalações	8.388	5.062	-	1.787	(1.670)	13.567
Móveis e utensílios	2.685	759	(5)	-	(468)	2.971
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	1.537	253	(3)	4	(593)	1.198
Veículos	5.753	962	(244)	52	(1.219)	5.304
Outros	3.001	1.197	(60)	269	(1.183)	3.225
Imobilizado em andamento	41.810	68.723	(260)	(3.009)	-	107.264
Adiantamento a fornecedores	6.833	24.959	-	(14.305)	-	17.487
	<u>277.906</u>	<u>112.635</u>	<u>(6.186)</u>	<u>-</u>	<u>(20.993)</u>	<u>363.363</u>

12.2 Consolidado

12.2.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	2014			2013		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	27.403	-	27.403	27.403	-	27.403
Edificações e outros imóveis	3,20	176.291	(81.792)	94.499	163.892	(77.272)	86.620
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	213.786	(112.614)	101.172	206.414	(101.623)	104.791
Instalações	10,23	20.713	(7.138)	13.575	13.871	(5.483)	8.388
Móveis e utensílios	10,00	8.969	(5.968)	3.001	8.234	(5.516)	2.718
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.904	(6.703)	1.201	7.671	(6.130)	1.541
Veículos	16,91	8.309	(3.005)	5.304	7.632	(1.879)	5.753
Outros	18,16	6.545	(3.319)	3.226	5.347	(2.344)	3.003
		<u>469.920</u>	<u>(220.539)</u>	<u>249.381</u>	<u>440.464</u>	<u>(200.247)</u>	<u>240.217</u>
Imobilizado em andamento	-	107.264	-	107.264	41.810	-	41.810
Adiantamento a fornecedores	-	17.487	-	17.487	6.833	-	6.833
		<u>594.671</u>	<u>(220.539)</u>	<u>374.132</u>	<u>489.107</u>	<u>(200.247)</u>	<u>288.860</u>

12.2.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 2013	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2014
Terrenos	27.403	-	-	-	-	27.403
Edificações e outros imóveis	86.620	293	(361)	12.467	(4.520)	94.499
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	104.791	10.427	(5.253)	2.735	(11.528)	101.172
Instalações	8.388	5.062	-	1.787	(1.662)	13.575
Móveis e utensílios	2.718	760	(5)	-	(472)	3.001
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	1.541	253	(3)	4	(594)	1.201
Veículos	5.753	962	(244)	52	(1.219)	5.304
Outros	3.003	1.197	(59)	269	(1.184)	3.226
Imobilizado em andamento	41.810	68.723	(260)	(3.009)	-	107.264
Adiantamento a fornecedores	6.833	24.959	-	(14.305)	-	17.487
	<u>288.860</u>	<u>112.636</u>	<u>(6.185)</u>	<u>-</u>	<u>(21.179)</u>	<u>374.132</u>

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$6.814 (31 de dezembro de 2013: R\$2.788). A taxa média utilizada para capitalização foi de 11,39% a.a. (31 de dezembro de 2013: 9,53% a.a.).

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

12.3 Composição da depreciação e amortização

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Depreciação	(20.572)	(18.080)	(20.757)	(18.252)
Despesa com amortização	(2.398)	(7.263)	(2.398)	(7.263)
Depreciação do custo atribuído	(421)	(285)	(421)	(285)
Depreciação/amortização no exercício	<u>(23.391)</u>	<u>(25.628)</u>	<u>(23.576)</u>	<u>(25.800)</u>

12.4 Ativos concedidos em garantias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras, conforme apresentado abaixo:

Tipo de garantia	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Máquinas e equipamentos	68.920	67.464
Edificações	57.667	52.751
Instalações	9.433	5.186
Móveis e utensílios	1.743	1.518
Terrenos	6.300	13.240
Imobilizado em andamento	94.092	34.265
Outros	2.089	2.061
	<u>240.244</u>	<u>176.485</u>

Todas as operações garantidas pelos ativos imobilizados são associadas ao FINEM e FINAME do BNDES e a processos tributários.

12.5 Arrendamentos mercantis financeiros

O Grupo possui contratos de arrendamentos que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil são classificados como arrendamentos financeiros.

Os principais efeitos relativos aos contratos de arrendamento financeiro estão descritos a seguir:

Tipo	Prazo do contrato (anos)	2014			2013		
		Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Estabelecimentos industriais:	21 e 22						
Custo original		45.310	(36.514)	8.796	45.310	(35.865)	9.445
Complemento:							
Custo atribuído	-	17.820	(1.848)	15.972	19.191	(3.467)	15.724
		<u>63.130</u>	<u>(38.362)</u>	<u>24.768</u>	<u>64.501</u>	<u>(39.332)</u>	<u>25.169</u>

(*) Valor presente dos aluguéis mínimos

13 Intangível

	Controladora	Ágio na aquisição de investimentos (a)	Consolidado	Total
	Softwares e sistemas informatizados (b)		Softwares e sistemas informatizados (b)	
Vida útil	Definida	Indefinida	Definida	
<u>Custo:</u>				
Em 31 de dezembro de 2013	45.478	6.399	45.478	51.877
Adições	1.970	-	1.970	1.970
Baixas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	<u>47.448</u>	<u>6.399</u>	<u>47.448</u>	<u>53.847</u>
<u>Amortização:</u>				
Em 31 de dezembro de 2013	(36.509)	-	(36.509)	(36.509)
Baixas	-	-	-	-
Amortização	(2.399)	-	(2.399)	(2.399)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>(38.908)</u>	<u>-</u>	<u>(38.908)</u>	<u>(38.908)</u>
<u>Valor contábil líquido:</u>				
Em 31 de dezembro de 2014	8.540	6.399	8.540	14.939
Em 1º de janeiro de 2014	8.969	6.399	8.969	15.368

- a) O saldo remanescente de R\$6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, registrado no ativo intangível.
- b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial - ERP do SAP. Estes ativos intangíveis serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Nacionais	38.414	66.583	38.184	66.611
Estrangeiros	9.274	89	9.274	89
	<u>47.688</u>	<u>66.672</u>	<u>47.458</u>	<u>66.700</u>

Referem-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de

encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 7 e 60 dias, não havendo títulos vencidos.

15 Tributos a recolher

	Controladora					
	2014			2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	9.697	-	9.697	12.457	-	12.457
REFIS IV (a)	-	-	-	1.829	8.049	9.878
INSS retido	550	-	550	664	-	664
ISS retido	352	-	352	2.300	-	2.300
Outros	111	-	111	11	-	11
	<u>10.710</u>	<u>-</u>	<u>10.710</u>	<u>17.261</u>	<u>8.049</u>	<u>25.310</u>

	Consolidado					
	2014			2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	9.697	-	9.697	12.457	-	12.457
REFIS IV (a)	-	-	-	1.829	8.049	9.878
INSS retido	550	-	550	664	-	664
ISS retido	353	-	353	2.300	-	2.300
Outros	164	-	164	35	-	35
	<u>10.764</u>	<u>-</u>	<u>10.764</u>	<u>17.285</u>	<u>8.049</u>	<u>25.334</u>

(a) A Companhia aderiu em 27 de agosto de 2014, à quitação antecipada do parcelamento REFIS, na forma de pagamento em espécie, de valor equivalente a 30% do saldo devedor e quitação integral do saldo remanescente do parcelamento mediante a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, dessa forma quitando essa obrigação em 27 de novembro de 2014.

16 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxas de juros (a.a.)	Controladora e Consolidado	
			2014	2013
FINAME (b)	Pré-fixado	3% a 6%	16.471	1.417
FINEM BNDES (b)	Pré-fixado, TJLP e moedas	2,45% à 4,5%	86.866	61.096
Crédito rural	Pré-fixado	5,50% a 6,5%	13.141	535
Moeda estrangeira – US\$				
Capital de giro (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	1,75% a 3,30%	139.447	122.272
Imobilizado (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	2,24% a 2,38%	16.370	1.166
			<u>272.295</u>	<u>186.486</u>
Circulante			<u>(136.107)</u>	<u>(106.204)</u>
Não circulante			<u>136.188</u>	<u>80.282</u>

- a) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.
- b) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.
- c) Operação 4131 com “Swap” para CDI conforme nota explicativa 28.2.

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
2015	-	48.757
2016	63.227	12.229
2017	37.847	12.231
A partir de 2018	35.114	7.065
	<u>136.188</u>	<u>80.282</u>

O Grupo está obrigado, devido ao empréstimo do FINEM BNDES, a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais foram adequadamente cumpridos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia realizou atividades de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e equivalentes a caixa, e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa do período. Estas transações se referem a FINIMP, nas quais o pagamento dos bens ocorre diretamente pelas instituições financeiras, não transitando os recursos no caixa da Companhia. No período findo em 31 de dezembro de 2014 o montante foi de R\$ 15.004 (31 de dezembro de 2013: 1.157).

17 Debêntures (controladora e consolidado)

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Circulante	29.644	-
Não circulante	85.720	102.670
	<u>115.364</u>	<u>102.670</u>

Em 31 de dezembro de 2014 o valor provisionado de juros foi R\$ 15.364 (31 de dezembro de 2013: R\$ 2.670). As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
2015	-	16.950
2016	26.143	28.560
2017	28.560	28.560
A partir de 2018	31.017	28.600
	<u>85.720</u>	<u>102.670</u>

Características da oferta

Debêntures	2ª. Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	100
Remuneração	Taxa DI + 1,4% a.a.
Vencimento	30/09/2018

18 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (a)	5.896	7.326	5.896	7.326
Adiantamentos decorrentes de acordos contratuais (b)	68	4.657	68	4.657
Provisões operacionais (c)	9.856	2.436	9.856	2.436
Comissões a representantes	512	526	512	526
Provisão de honorários de êxito	8.028	-	8.028	-
Verbas diretas	4.892	4.321	4.892	4.321
Frete a pagar	8.695	9.096	8.695	9.096
Outros	3.047	3.892	3.184	3.986
	<u>40.994</u>	<u>32.254</u>	<u>41.131</u>	<u>32.348</u>
Circulante	(29.217)	(25.768)	(29.354)	(25.862)
Não circulante	<u>11.777</u>	<u>6.486</u>	<u>11.777</u>	<u>6.486</u>

- a) Saldo a pagar pela aquisição, em 6 de janeiro de 2009, da Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda., pelo montante de R\$28.128. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 05 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor, incide a variação do CDI.
- b) Adiantamentos decorrentes da compra de trigo por conta e ordem da Bunge.
- c) Provisão para reestruturação. Ver nota 1.2.

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
2015	-	2.148
2016	7.106	2.024
2017	1.827	2.314
A partir de 2018	2.844	-
	<u>11.777</u>	<u>6.486</u>

19 Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios do Grupo.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Controladora			
	Tributária (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.832	5.110	820	7.762
Provisões	-	2.260	795	3.055
Reversão de provisões	(400)	(746)	(637)	(1.783)
Pagamentos/depósitos	-	(1.501)	(22)	(1.523)
Encargos financeiros	126	546	62	734
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.558	5.669	1.018	8.245
Provisões	-	3.849	750	4.599
Reversão de provisões	(8)	(1.282)	(394)	(1.684)
Pagamentos/depósitos	-	(3.678)	(1)	(3.679)
Encargos financeiros	165	653	154	972
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.715	5.211	1.527	8.453

	Consolidado			
	Tributária (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.832	5.110	820	7.762
Provisões	28	2.386	795	3.209
Reversão de provisões	(400)	(746)	(637)	(1.783)
Pagamentos/depósitos	-	(1.501)	(22)	(1.523)
Encargos financeiros	126	546	62	734
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.586	5.795	1.018	8.399
Provisões	-	3.869	750	4.619
Reversão de provisões	(36)	(1.428)	(394)	(1.858)
Pagamentos/depósitos	-	(3.678)	(1)	(3.679)
Encargos financeiros	165	653	154	972
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.715	5.211	1.527	8.453

(a) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo figurava como réu em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor total em contingência é de R\$ 241.136 (31 de dezembro de 2013: R\$ 233.653). O total destas contingências é constituído por R\$ 126.909 (31 de dezembro de 2013: R\$ 128.091) relativo a tributos federais; R\$ 113.458 (31 de dezembro de 2013: R\$ 104.939) relativo a impostos estaduais e R\$ 768 (31 de dezembro de 2013: R\$ 623) relativo a tributos municipais. As provisões que possuem bens como garantias não possuem valor relevante.

(b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se à responsabilidade subsidiária pelo prestador de serviço, horas extras e seus reflexos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional.

Em 31 de dezembro de 2014, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de R\$ 57.477 (31 de dezembro de 2013: R\$ 27.683).

Em 31 de dezembro de 2014, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$ 6.753 (31 de dezembro de 2013: R\$ 6.812). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

(c) Cíveis e administrativas

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo era réu em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 8.705 (31 de dezembro de 2013: R\$ 7.883).

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como réu envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo, entre outras, a ações de representantes comerciais e ações de cobranças fundadas em motivos variados.

A Companhia possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
Tributária	153.359	142.753
Trabalhista	10.244	16.068
Cível	7.032	6.279
	<u>170.635</u>	<u>165.100</u>

A seguir estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível. As demais causas possíveis não possuem valor superior a R\$10.000:

Autor: Receita Federal do Brasil

I) Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$ 24.105, lavrado contra a Companhia em 25.10.2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-

se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Autor: Estado de São Paulo

I) Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS, no valor de R\$ 24.489, lavrado contra a Companhia em 21.11.1994, por supostamente ter efetuado desembaraço aduaneiro em estado diferente do seu estabelecimento industrial. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial nos Embargos à Execução Fiscal.

II) Auto de Infração no valor de R\$ 17.313, lavrado contra a Companhia em 18.10.2010 com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Julgado improcedente em 1ª Instância Administrativa. Aguarda-se julgamento de Recurso Especial pelo TIT/SP.

Autor: J. Macêdo

I) Ação anulatória contra auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro em 27.03.2006, no valor de R\$ 23.184 por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação do trigo. Questiona-se o diferimento deste imposto para o farelo. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial.

20 Subvenções governamentais (Controladora)

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia fez jus a R\$ 39.431 em subvenções estaduais (31 de dezembro de 2013: R\$35.686) e R\$ 1.990 em subvenções federais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuiu base para cálculo do lucro da exploração.

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

20.1 ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicional por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do período, na data de sua apuração.

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27.06.1963, Decreto 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE a fim de obterem uma declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Administração está pleiteando a renovação deste benefício junto à SUDENE.

20.2 PROVIN (Estado do Ceará)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento,

durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela financiada, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do período, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

20.3 DESENVOLVE (Estado da Bahia)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“DESENVOLVE”), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores definidas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009 e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses, ou perdão da dívida mediante o pagamento do valor residual até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até novembro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

20.4 PRODESIN (Estado de Alagoas)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (“PRODESIN”), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, para a fabricação de massas alimentícias para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

Os incentivos governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto 38.394/2000 e suas alterações.

20.5 TARE (Estado da Paraíba)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Termo de Acordo de Regime Especial – TARE nº 2013.000086 com renovação em 2014 deferida pela Gerência Executiva de Tributação através do parecer nº 2014.01.00.00466.

O benefício consiste na utilização de crédito presumido do ICMS de 43,38% do valor integral do imposto devido ao estado da Paraíba nas operações de aquisições por transferências de outros estabelecimentos pertencentes ao Grupo, localizados nos estados signatários do Protocolo ICMS 46/00, de farinha de trigo e mistura de farinha de trigo, para posterior remessa para industrialização de macarrão.

Os incentivos governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 12 (doze) meses, contados a partir de 1º de Julho de 2014, na forma prevista na Lei 7.980/2001, regulamentada pelo Decreto 8.205/2002 e suas alterações.

Abaixo, segue quadro resumo dos incentivos federais e estaduais constituídos, totalizando em 2014 uma reserva de R\$ 204.094.

	Benefício de Incentivos fiscais			Reserva de lucros: Incentivos fiscais	
	Federais	Estaduais	Total	Constituída	A constituir
2008	1.259	23.097	24.356	(24.356)	-
2009	-	24.273	24.273	(24.273)	-
2010	-	25.558	25.558	(16.442)	9.116
2011	-	26.100	26.100	(29.591)	(3.491)
2012	915	23.667	24.582	(29.761)	(5.625)
2013	-	35.686	35.686	(36.132)	-
2014	1.843	39.578	41.421	(41.421)	-
	<u>4.017</u>	<u>197.959</u>	<u>201.976</u>	<u>(201.976)</u>	<u>-</u>

21 Patrimônio líquido (Controladora)

21.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	2014	2013
Capital social	<u>197.873</u>	<u>197.873</u>
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	<u>1.337</u>	<u>1.337</u>
	<u>21.832.197</u>	<u>21.832.197</u>

As ações são indivisíveis em relação à Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios são distribuídos somente no caso da Companhia apresentar lucro no exercício após excluídos os saldos de reserva legal e reserva de incentivos fiscais.

21.2 Reserva de capital/ lucros - Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda registrados como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$601. Conforme Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda. Na distribuição do lucro líquido, o valor apurado de incentivos fiscais é registrado na conta de Reserva de Lucros.

21.3 Reserva de lucros - Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de redução do imposto de renda e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na nota explicativa 20.

21.4 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. O ajuste de avaliação patrimonial reflexa representa a participação da Companhia sobre o custo atribuído contabilizado por sua controlada Pico da Caledônia.

21.5 Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

Os dividendos referentes ao exercício de 2014 foram destinados em forma de juros sobre capital próprio conforme previsto em estatuto social. A Companhia efetuou no exercício o cálculo dos juros sobre capital próprio de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95, e o montante creditado, por proposta do Conselho de Administração, para o exercício de 2014, foi de R\$ 18.666 (R\$ 15.867, líquido de IRRF).

O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, porém, para fins societários e contábeis, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado (dividendos) diretamente no patrimônio líquido, não afetando o resultado do exercício, nos termos da Deliberação CVM 683/12.

	Controladora	
	2014	2013
Lucro líquido do exercício	79.509	51.057
(-) Reserva legal – 5%	(3.975)	(2.553)
	<u>75.534</u>	<u>48.504</u>
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	278	285
(-) Reservas de lucros: incentivos fiscais	(41.495)	(35.686)
Base de cálculo dos dividendos	34.317	13.103
(=) Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>8.579</u>	<u>3.276</u>
(-) Juros sobre capital próprio calculado	18.666	11.582
Juros sobre capital próprio – limite do mínimo obrigatório	8.579	3.276
Juros sobre capital próprio – excedente ao mínimo obrigatório	<u>10.087</u>	<u>8.306</u>
Dividendos complementares propostos	<u>15.651</u>	<u>1.521</u>
Dividendos por ação	<u><u>0,71686</u></u>	<u><u>0,60018</u></u>

O valor de R\$ 15.651, referente aos dividendos complementares do lucro líquido de exercício de 2014, foi reconhecido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, aguardando a deliberação da AGO/E, a ser realizada no ano de 2015.

21.6 Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

22 Resultado por ação

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais no montante de R\$ 81.627 e a respectiva quantidade de ações em circulação, conforme quadro abaixo:

	Controladora	
	2014	2013
Lucro líquido do exercício	79.509	51.057
Lucro atribuível aos acionistas	79.509	51.057
Quantidade de ações em circulação	21.832	21.832
Ordinárias	11.496	11.496
Preferenciais	10.336	10.336
Lucro líquido por ação: básico e diluído - R\$	3,64182	2,33861

Em virtude da inexistência de instrumentos patrimoniais com efeito diluidor, o lucro por ação diluído é igual ao lucro básico por ação.

23 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita bruta de vendas	1.705.705	1.535.568	1.720.843	1.540.157
(-) Impostos	(156.297)	(139.487)	(156.903)	(140.113)
(-) Devoluções	(23.617)	(16.271)	(23.617)	(16.271)
(-) Abatimentos	(31.381)	(28.862)	(31.381)	(28.862)
	1.494.410	1.350.948	1.508.942	1.354.911

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

24 Custos e despesas operacionais

24.1 Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Matérias-primas e Embalagens	(770.610)	(725.684)	(770.610)	(725.684)
Pessoal	(185.477)	(163.435)	(185.477)	(163.435)
Serviços de terceiros e Fretes	(281.004)	(225.891)	(281.004)	(225.891)
Depreciação e amortização	(24.374)	(26.527)	(24.374)	(26.716)
Outros	(108.387)	(133.757)	(121.093)	(136.972)
	<u>(1.369.852)</u>	<u>(1.275.294)</u>	<u>(1.382.558)</u>	<u>(1.278.698)</u>

24.2 Por função

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custos dos produtos vendidos	(966.722)	(907.083)	(978.585)	(909.893)
Despesas com vendas	(272.895)	(250.177)	(272.895)	(250.177)
Despesas gerais e administrativas (a)	(130.235)	(118.034)	(131.078)	(118.628)
	<u>(1.369.852)</u>	<u>(1.275.294)</u>	<u>(1.382.558)</u>	<u>(1.278.698)</u>

a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da administração, depreciação e amortização.

25 Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ordenados e salários	(68.390)	(61.527)	(69.196)	(61.604)
Custos de previdência social	(20.096)	(19.586)	(20.351)	(19.602)
Participação nos resultados	(15.526)	(13.395)	(15.526)	(13.395)
	<u>(104.012)</u>	<u>(94.508)</u>	<u>(105.073)</u>	<u>(94.601)</u>

A Companhia concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada período.

26 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
ICMS crédito extemporâneo (a)	28.044	-	28.044	-
Ganhos decorrentes da variação no valor justo das propriedades para investimentos	16	3.302	16	3.302
Venda de ativos	(170)	206	(170)	206
Provisão para perda com desvalorização dos estoques	(3.799)	(2.986)	(3.799)	(2.986)
Contingências líquidas	(3.888)	(2.881)	(3.888)	(2.881)
Provisão para redução ao valor recuperável	(756)	(606)	(756)	(606)
Provisão honorários de êxito	(8.028)	-	(8.028)	-
Provisão para reestruturação (b)	(12.716)	-	(12.716)	-
Outras despesas líquidas	(2.309)	4.370	(2.309)	4.373
	<u>(3.606)</u>	<u>1.405</u>	<u>(3.606)</u>	<u>1.408</u>

(a) Crédito extraordinário de ICMS farelo de anos anteriores;

(b) Em cumprimento ao CPC 25, foi constituída uma provisão para respaldar o custo de fechamento da Unidade de Jaguaré, utilizando-se estimativas que levam em conta os custos dos ativos, despesas de indenizações com o pessoal, com verbas rescisórias e benefícios e o provável custo de demolição do edifício, conforme citado na nota explicativa 1.2.

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(17.534)	(7.384)	(17.550)	(7.384)
Outras despesas de juros	(2.229)	(9.067)	(2.229)	(7.631)
Variações monetárias e cambiais passivas	(34.290)	(37.777)	(34.290)	(37.777)
Tarifas bancárias	(840)	(977)	(840)	(984)
Ajuste a valor de mercado – Derivativos	(15.840)	(2.193)	(32.010)	(2.292)
Outras despesas financeiras	(1.662)	(4.545)	(1.662)	(4.752)
Despesas financeiras	<u>(72.395)</u>	<u>(61.943)</u>	<u>(88.581)</u>	<u>(60.820)</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	9.591	6.068	9.653	6.130
Outras receitas de juros	946	510	946	515
Descontos obtidos	1.671	1.241	1.671	1.241
Variações monetárias e cambiais ativas	15.233	15.990	15.233	15.990
Ajuste a valor de mercado -Derivativos	20.750	13.768	32.227	14.364
Outras receitas financeiras	259	112	259	309
Receitas financeiras	<u>48.450</u>	<u>37.689</u>	<u>59.989</u>	<u>38.549</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(23.945)</u>	<u>(24.254)</u>	<u>(28.592)</u>	<u>(22.271)</u>

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

28.1 Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

28.1.1 Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 (R1) e CPC 46 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no nível 2. Não houve mudança entre níveis ao longo do exercício.

Os valores justos dos financiamentos registrados nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Abaixo, seguem os ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	2014	2013	2014	2013
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	127.590	69.649	127.590	69.649
Contas a receber	143.825	140.361	143.825	140.361
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	824	16	824	16
<u>Ativos financeiros derivativos</u>				
Operação de “swap”	10.057	16.874	10.057	16.874
	<u>282.296</u>	<u>226.900</u>	<u>282.296</u>	<u>226.900</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>				
Empréstimos e financiamentos	272.295	186.486	302.346	192.390
Debêntures	115.364	102.670	115.364	102.670
Fornecedores	47.688	66.672	47.688	66.672
Arrendamentos mercantis financeiros	11.624	12.006	11.624	12.006
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	7.347	6.799	7.347	6.799
<u>Passivos financeiros derivativos</u>				
Operação de “swap”	223	-	223	-
	<u>454.541</u>	<u>374.633</u>	<u>484.592</u>	<u>380.537</u>

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	2014	2013	2014	2013
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	139.668	100.658	139.668	100.658
Contas a receber	143.768	140.490	143.768	140.490
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	3.392	2.229	3.392	2.229
<u>Ativos financeiros derivativos</u>				
Operação de “swap”	10.057	16.874	10.057	16.874
Operação de “forward”	4.223	3.559	4.223	3.559
	<u>301.108</u>	<u>263.810</u>	<u>301.108</u>	<u>263.810</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>				
Empréstimos e financiamentos	272.295	186.486	302.346	192.390
Debêntures	115.364	102.670	115.364	102.670
Fornecedores	47.458	66.700	47.458	66.700
<u>Passivos financeiros derivativos</u>				
Operação de “swap”	223	-	223	-
Operação de “forward”	435	1.895	435	1.895
	<u>435.775</u>	<u>357.751</u>	<u>465.826</u>	<u>363.655</u>

28.2 Objetivos para gestão de risco financeiro

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a caixa e equivalentes de caixa, operações de swap, debêntures, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta Administração do Grupo de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo e disposição para risco do Grupo.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

28.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos, debêntures e derivativos.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI e TJLP. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<u>Instrumentos de taxa fixa</u>				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(29.611)	(1.952)	(29.611)	(1.952)
	<u>(29.611)</u>	<u>(1.952)</u>	<u>(29.611)</u>	<u>(1.952)</u>
<u>Instrumentos de taxa variável</u>				
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	114.976	59.570	121.620	81.930
Derivativos	10.057	16.874	14.280	20.433
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(242.684)	(184.534)	(242.684)	(184.534)
Debêntures	(115.364)	(102.670)	(115.364)	(102.670)
Derivativos	(223)	-	(658)	(1.895)
	<u>(223.238)</u>	<u>(210.760)</u>	<u>(222.806)</u>	<u>(186.736)</u>

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da tributação
2014		
Reais	-25	(2.307)
	-50	(4.613)
2013		
Reais	-25	(2.468)
	-50	(4.937)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira da Companhia.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege (hedge) de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos cinco meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira nas contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando-se da modalidade de swap e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

Exposição à moeda estrangeira

Para os empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e “NDFs”. As operações consistem na troca da variação cambial (dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média pré-fixada de 0,66 % (31 de dezembro de 2013: 1,32%).

	Valor <i>Notional</i> (Reais)	Valor justo		Resultado no período
		Ativo financeiro derivativo	Passivo Financeiro derivativo	
31 de dezembro de 2014				
Risco de taxa de câmbio				
Instrumentos financeiros Derivativos	141.438	10.057	223	(4.910)
	Circulante	8.575	223	
	Não circulante	1.482	-	

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou uma despesa de R\$ 20.750 e uma receita de R\$ 15.840 (31 de dezembro de 2013: ganho de R\$11.575) no resultado financeiro.

A controlada Cipolin contrata instrumentos financeiros derivativos para proteção das variações de moeda em suas operações de venda de trigo. Em 31 de dezembro de 2014, o valor dos derivativos da posição comprada totalizou R\$23.134 (31 de dezembro de 2013: R\$145.286). O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos ativos totalizou R\$ 4.223 (31 de dezembro de 2013: R\$3.559), enquanto que os instrumentos financeiros derivativos passivos totalizou R\$ 435 (31 de dezembro de 2013: R\$1.895). A controlada apurou uma perda de R\$ 5.832 (31 de dezembro de 2013: ganho R\$ 497) registrada no resultado financeiro (Ajuste a valor de mercado).

Abaixo segue demonstrativo de que os empréstimos e financiamentos são 100% garantidos por meio de contratos de swap.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	(141.438)	(123.438)	(164.572)	(123.438)
Fornecedor em moeda estrangeira (a)	(9.274)	(89)	(9.274)	(89)
Contrato de swap (b)	141.438	123.438	164.572	123.438
Exposição líquida (a-b)	<u>(9.274)</u>	<u>(89)</u>	<u>(9.274)</u>	<u>(89)</u>

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da tributação
2014		
Reais	-25	(6.157)
	-50	(12.314)
2013		
Reais	-25	(59)
	-50	(118)

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição contínua de trigo e açúcar para produção em continuidade de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas commodities, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de commodities.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

A Companhia buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda. A Companhia opera com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

28.2.2 *Riscos de crédito*

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada as condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia contava com quinze clientes (31 de dezembro de 2013: quinze clientes) que deviam ao Grupo mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 36,5% (31 de dezembro de 2013: 36,0%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos do Grupo, 55% (31 de dezembro de 2013: 66%) vêm operando com o Grupo por mais de 2 anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes.

Clientes que são ranqueados como “risco alto” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia desde sua implantação em 2005.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo de cliente foi:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Clientes – Atacado	106.195	105.245	106.195	105.245
Clientes – Varejo	52.324	48.047	52.324	48.047
Outros clientes	7.086	4.693	7.029	4.822
(-) Provisões	(10.288)	(7.708)	(10.288)	(7.708)
	<u>155.317</u>	<u>150.277</u>	<u>155.260</u>	<u>150.406</u>

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta nota explicativa. O Grupo conta com garantias para aproximadamente 50% (31 de dezembro de 2013: 50%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, nos bancos Itaú, Safra, Caixa e Santander. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças do Grupo. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

28.2.3 *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A prática do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos são apresentados, respectivamente, nas notas explicativas nº 20, 21 e 28.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

J. MACÊDO S.A.
COMPANHIA ABERTA - CVM 2115-6
CNPJ Nº 14.998.371/0001-19
NIRE 23 3 00026799

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA
REALIZADA NO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2015 - (1ª/2015)

HORÁRIO, DATA E LOCAL: 11:00h (onze) horas, do dia 23 de fevereiro de 2015, na sede social localizada na Rua Benedito Macêdo nº 79, Caís do Porto, CEP 60.180-900, em Fortaleza, Estado do Ceará.

PRESENÇA: A maioria dos membros do Comitê de Auditoria, conforme assinaturas lançadas no final desta ata.

MESA: Presidida pelo Sr. **HUMAR MARQUES DE OLIVEIRA** – Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria.

DELIBERAÇÕES: Os membros do Comitê de Auditoria da J. Macêdo S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2014”) e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG – Auditores Independentes aprovam, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras Anuais de 2014, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

APROVAÇÃO: Unanimidade de votos.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS: Humar Marques de Oliveira - Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria; Roberto Proença de Macêdo e Paulo Camillo - membros do Comitê de Auditoria.

CERTIDÃO: Certificamos que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro de Atas das Reuniões do Comitê de Auditoria. Fortaleza, 23 de fevereiro de 2015.

HUMAR MARQUES DE OLIVEIRA
Coordenador Executivo do Comitê
de Auditoria da Companhia



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da J. Macêdo S.A, sociedade por ações com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, CEP 60.180-415, inscrita no CNPJ sob o nº 14.998.371/0001-19, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014.

Fortaleza, 26 de Fevereiro de 2015.

Luiz Henrique Lissoni
Diretor Presidente

Antonio Carlos Zanella
Diretor

Maria Otameiry de Araújo Furtado
Diretor

Luís Eduardo de Oliveira Vallim
Diretor

Mauricio Favoretto
Diretor

Zótico Luis Schmitz da Silva
Diretor